Prefácio

Como os integrantes de uma nação democrática se comportam politicamente além das eleições? Com base nessa indagação, os professores Gabriel Almond e Sidney Verba desenvolveram uma ampla pesquisa sobre a cultura política nos Estados Unidos, Inglaterra, Alemanha, Itália e México. Os resultados foram publicados na obra *The Civic Culture* [A cultura cívica], em 1963. Através de estatísticas, análises comparadas, observação de padrões comportamentais e ferramentas da psicologia social, os dois autores concluíram que existem três níveis de racionalidade e consciência política: o nível cognitivo envolve os conhecimentos e as crenças dos indivíduos sobre os diferentes objetos políticos; o nível afetivo engloba os sentimentos de ligação e envolvimento dos indivíduos em relação aos objetos políticos; e o nível avaliativo envolve a capacidade dos indivíduos de julgar criticamente os objetos políticos.

Além disso, a matriz analítica de Almond e Verba estabelece três tipos de cultura política. A primeira é a cultura política paroquial: nela o indivíduo não conhece o sistema político, ou seja, desconhece as formas de manifestação política, os órgãos burocráticos e seu papel como ator político, estando alienado e alheio ao funcionamento político. A segunda é a cultura política sujeita: nela o indivíduo conhece as possibilidades de participação política, os aparatos burocráticos e as regras do jogo, mas não entende a si próprio como ator político, tornando-se passivo, em condição de sujeição ao sistema

político. A terceira é a cultura política participativa: nela o indivíduo compreende integralmente o funcionamento do sistema político no qual está inserido, bem como a sua própria importância como ator político, o que gera uma cidadania ativa, atuante, participativa.

Essa matriz analítica proposta por Almond e Verba foi uma inovação importante para os estudos acadêmicos do fenômeno político, pois interrompeu a ênfase dos pesquisadores em geral sobre o ponto de vista institucional, demonstrando como poderiam ser produtivas as análises realizadas a partir do comportamento dos indivíduos. Após uma série de críticas, reavaliações e melhorias conceituais, o trabalho foi refinado na obra *The Civic Culture Revisited*, de 1980. A partir daí, autores como Ronald Inglehart, Larry Diamond e Robert Putnam desenvolveram novas linhas de pesquisa dando maior amplitude e profundidade ao campo da “cultura política”. As implicações atuais desses estudos revelam que as nações com índices superiores de desenvolvimento humano como Noruega, Suíça e Suécia apresentam, entre outras, as seguintes marcas: compromisso de longo prazo com as instituições democráticas, participação cívica nos assuntos públicos, igualdade política, existência de associações sociais e políticas, e índices superiores de solidariedade, tolerância e confiança interpessoal. São marcas a serem desenvolvidas pelas jovens democracias — como é o caso da brasileira.

Quem tem medo dos evangélicos? é um ensaio que procura investigar o impacto que os evangélicos causarão na cultura política brasileira. A obra resulta do esforço reflexivo de Gutierrez Fernandes Siqueira sobre um conjunto de questões pulsantes nas rodas de conversas brasileiras neste início de século 21: Por que os evangélicos não param de crescer numericamente?

Como será o Brasil de maioria evangélica? Que tipo de evangélico é o evangélico brasileiro? Observador atento e inquieto, Gutierres absorve perguntas feitas na rua, na mídia, na universidade e nas redes sociais em geral e passa a examiná-las sobretudo à luz de conceitos acadêmicos, artefatos culturais, estatísticas censitárias e argumentos bíblico-teológicos de orientação evangélica. Como explicita em sua introdução, o autor apresenta suas ideias como evangélico que é, buscando amparo para seu raciocínio em autores como C. S. Lewis, John Stott, N. T. Wright e Miroslav Volf.

O ensaio parte do esclarecimento conceitual em torno do termo “evangélico”. Gutierres tem uma escrita fluida e informa de modo didático e acessível as diferentes acepções que “evangélico” recebeu no curso dos séculos. Feitas as devidas delimitações semânticas, o ensaio prossegue com um combate em duas frentes. De um lado, Gutierres combate o preconceito de não evangélicos com os evangélicos brasileiros. Afinal, os evangélicos são uma ameaça à ordem democrática? O autor argumenta que não: a tradição política brasileira era autoritária muito antes dos evangélicos. E ele está coberto de razão. É muito ingênuo colocar na conta desse grupo o viés autoritário do jogo político nacional. Obras simples como *Cidadania no Brasil*, de José Murilo de Carvalho, ou *Sobre o autoritarismo brasileiro*, de Lilia Schwarcz, são suficientes para informar-nos sobre a baixa tradição democrática do Brasil. Assim, Gutierres é muito feliz ao afirmar que, se há uma inclinação antidemocrática em uma parcela dos evangélicos brasileiros, isso é porque são *brasileiros*, antes do fato de serem evangélicos. Em mais de quinhentos anos de formação do Estado administrativo brasileiro, apenas em poucas décadas prevaleceu o regime democrático.

De outro lado, Gutierres combate posturas, práticas e superstições que os evangélicos brasileiros sustentam. O autor expõe as inconsistências teóricas e práticas em reduzir o evangelho às teses contemporâneas conservadoras ou progressistas, e faz um ataque frontal à irracionalidade e cafonice de teorias da conspiração que ganham espaço na comunidade evangélica. Nesse campo, *Quem tem medo dos evangélicos?* entrega páginas preciosas: Gutierres Siqueira arrebenta o mito da “nação cristã” mostrando que a cidadania cristã não pertence a esta terra.

No meio da pandemia covídica, tive a alegria de conversar em uma *live* com o Gutierres sobre teologia pública e presença evangélica na cultura brasileira. Agora, na apresentação desta obra, publicada com esmero pela Editora Mundo Cristão, repito aqui o que afirmamos lá: compromisso com o Brasil exige compromisso com a fraternidade social. Sem a articulação de um discurso político decente, que parta de uma noção clara de bem comum, os supostos “projetos de nação” papagueados nas salas políticas não passam de bravatas para agradar grupelhos partidários ensimesmados. Nenhuma nação prospera com bases sociais tão divididas. A lição é básica: são os elementos comuns que fundam a possibilidade da convivência e do desenvolvimento.

DAVI LAGO

Mestre em Teoria do Direito

e autor de *Brasil polifônico* e *Ame o seu próximo*